



**Governo do Distrito Federal**  
**Secretaria de Estado de Transportes**  
**Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



**REFERENTE** : Memorando nº 160/2012/Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST.

**ASSUNTO** : Encaminha cópia do Mandado de Intimação recebido pelo Sr. Presidente nesta data.

**URGENTE**

**DESPACHO**

Nº 463/2012 – AJL/ST-RAP

O presente expediente remetido pelo Sr. Presidente da Comissão Especial de Licitação 01/2011 através do Memorando nº 160/2012/Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST solicita “*conhecimento e providências decorrentes*” desta AJL. Na mesma oportunidade encaminha cópia do Mandado de Intimação recebido pelo Sr. Presidente nesta data (20.12.2012), bem como cópia do acórdão que **negou provimento** aos Embargos de Declaração opostos pela Viplan – Viação Planalto Ltda, mas ordenou seja a proposta dela mantida fechada até o trânsito em julgado da matéria.

Pois bem. Por se tratar de matéria atinente à Concorrência nº 001/2011, há de se esclarecer que esta AJL não acompanha o processo autuado com vistas a instruir as providências tomadas pela Comissão Especial criada para tal fim, mesmo porque ante a complexidade da referida licitação, todas as ações estão sendo tomadas conjuntamente por aquela Comissão. Além disso, e pelo que se sabe, aquele grupo conta inclusive com o apoio de dois Procuradores do GDF e assessoramento direto no momento da tomada de decisão, não cabendo a esta AJL se imiscuir na esfera de competência de outra unidade, sob pena de invasão de competências.

*MS*

“Brasília - patrimônio da humanidade”



**Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Transportes  
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



A notícia que se tem é que o Processo nº 090.000.455/2010 que trata acerca do Edital de Concorrência para outorga do serviço básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF atualmente conta com mais de 100 (cem) volumes, tendo tramitado nesta AJL raríssimas vezes, e apenas para análise acerca do atendimento ou não das observações apontadas pela PGDF, não havendo, também por isso, condições de que esta AJL se manifeste acerca do tema em voga.

Portanto, **retorne-se ao Presidente da Comissão Especial de Licitação constituída para promover todos os procedimentos licitatórios referentes à Concorrência nº 1/2010** (Portaria nº 16, de 07 de março de 2012), recomendando que se remeta a matéria imediatamente à douta Procuradoria Geral do Distrito Federal para que adote as providências necessárias para reversibilidade da ordem emanada.

Brasília, 20 de dezembro de 2012, às 13h20min.

  
**RAQUEL ARAÚJO PORTELA**  
*Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa*

“Brasília - patrimônio da humanidade”



**Governo do Distrito Federal**  
**Secretaria de Estado de Transportes**  
**Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



**REFERENTE** : Processo nº 0410.002.297/2008 (26 volumes)


**ASSUNTO** : Contrato nº 025/2008-SDP nº 001/2008-PTU/UGP/ST/DF, celebrado entre o Distrito Federal e a Empresa Arcadis Logos S/A. Atendimento ou não das observações apontadas pela Procuradoria Geral do Distrito Federal no Parecer nº 1087/2012-PROCAD/PGDF.

**DESPACHO**

Nº 342/2012 – AJL/ST-RAP

Os autos nos foram remetidos nessa oportunidade apenas para que seja esclarecido o questionamento constante à fl. 7973, ou seja, se as observações apontadas pela Douta Procuradoria Geral do Distrito Federal no Parecer nº 973/2011-PROCAD/PGDF, insito às fls. 237/246, acrescido das considerações do Parecer nº 1087/2012 – PROCAD/PGDF, cópia às fls. 7962/7971 e correspondentes cotas de aprovação às fls. 7972/7974.

Cumpra aqui destacar que a manifestação exigida desta Assessoria Jurídico-Legislativa a que se referiu a cota de aprovação do i. Procurador Geral Adjunto do Distrito Federal às fls. 7973 restringe-se, **estritamente/exclusivamente** ao exame quanto ao atendimento ou não da manifestação daquela Casa Jurídica, não externando qualquer juízo de valor ou análise jurídica acerca dos fatos pretéritos praticados no bojo desses autos ou mesmo quaisquer outros a não ser quanto às observações constantes das manifestações do i. parecerista e respectiva cota de aprovação.

Tal encaminhamento realizado pela Sra. Assessora Especial do Gabinete, remete-nos os esclarecimentos prestados pelo Sr. Coordenador de Execução do PTU/UEGP/ST desta Secretaria, bem como a documentação inserta às fls. 7976/8028. 





**Governo do Distrito Federal**  
**Secretaria de Estado de Transportes**  
**Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



Assim, a análise aqui almejada é acerca do atendimento da seguinte recomendação, especificamente relativa ao Parecer nº 1087/2012 – PROCAD/PGDF, fls. 7971:

*“(...) o que foi feito, nos termos da manifestação de fls. 7.953/7.955 – como também atestar a necessidade, em termos quantitativos e qualitativos, de cada um dos itens que compõem a proposta de aditamento formulado pela empresa.*

*Nesta ordem de idéias, embora tenha sido acostada aos autos pela Contratada a planilha orçamentária de fl. 7.915, entendo que compete ao gestor público exigir que a referida empresa instrua os autos com a documentação hábil à demonstração da adequação entre as novas demandas inseridas no PTU/DF e os acréscimos constantes da referida planilha, sem prejuízo da verificação, pelo próprio órgão consulente, da compatibilidade dos preços e das quantidades declinadas na proposta.*

*Uma vez instruídos os autos nesse sentido, não se vislumbra qualquer óbice à celebração do pretendido termo aditivo”. (grifos alienígenas)*

Assim, e para melhor proceder a análise, seguir-se-à a divisão em três subitens, exatamente como consta às fls. 8029, itens a, b e c do item I – DAS RECOMENDAÇÕES E JUSTIFICATIVAS.

Pois bem. Consta às fls. 7977 planilha com estimativa de horas de Consultoria, apesar de não constar qualquer assinatura que indique por quem foram prestadas tais informações. Às fls. seguintes constam tratativas entre diversos órgãos e/ou núcleos que pretendem especificar os trabalhos a serem desempenhados pela consultoria da Empresa Arcadis Logos S/A, ou seja, cada núcleo apresentando as demandas acerca do fortalecimento institucional e serviços técnicos profissionais especializados em concessões de serviços públicos. Entretanto, também se verifica que a documentação juntada foi produzida em datas bem anteriores à manifestação da douta PGDF, ou seja, não há como se inferir se tal documentação já estava acostada nos presentes autos, não tendo sido suficiente ao parecerista que analisou o caso, ou se tais informações não constavam destes autos, justificando agora sua juntada.

*MA*





**Governo do Distrito Federal**  
**Secretaria de Estado de Transportes**  
**Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



Outrossim, às fls. 8029/8030, constam apontamentos do Sr. Chefe da Unidade Especial de Gerenciamento do Programa – UEGP, inclusive elucidando que *“acostamos documentação relacionada às consultorias complementares do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal, no que tange ao Fortalecimento Institucional (ITS) e aos Serviços Técnicos Profissionais especializados em concessões de serviços públicos para apoio à Secretaria de Transportes do Distrito Federal no procedimento licitatório da Concorrência nº 01/2011, destinada à concessão do Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, demonstrando e plasmando as demandas que se pretende aditar”*.

Assim, pretendeu a documentação atender o subitem que pugna pela instrução do feito com documentação hábil à demonstração da adequação entre as novas demandas inseridas no PTU/DF e os acréscimos constantes da referida planilha (subitem b do item I, fls. 8029). Entretanto, deixa esta AJL de se manifestar acerca do cumprimento ou não do apontamento da PGDF, pois tal análise escapa às nossas competências, exclusivamente de cunho jurídico-formal, instituídas regimentalmente, eis que se referem a juízos de conveniência e oportunidade do gestor público, o que não nos cabe aferir.

No que pertine ao solicitado pela PGDF acerca da necessidade de atestar em termos quantitativos e qualitativos cada item que compõe a proposta de aditamento (subitem a), bem como seja verificado pela Consulente a compatibilidade dos preços e das quantidades declinadas na proposta (subitem c), o Sr. Chefe da UEGP informou que *“(...) a elaboração de projetos e termos de referências são demandas permanentes no escopo da prestação do Serviço de Apoio ao Gerenciamento, consideradas as prioridades do Programa e as novas diretrizes administrativas estabelecidas pelo Contratante”* e que *“constantemente emergem adequações e demandas que se caracterizam pela necessidade de contratação de consultorias específicas e de pronto e efetivo atendimento, (...), mas não contempladas expressamente no escopo original do PTU/DF”* (fls. 8029/30). Elucida ainda mais a frente que *“os quantitativos e valores dos pretendidos serviços de consultoria são estimados em função da complexidade, da especialidade da elaboração e execução dos produtos e serviços (...)”*, acrescentando ainda que *“(...) no*



**Governo do Distrito Federal**  
**Secretaria de Estado de Transportes**  
**Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**

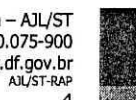


*entanto, cingidos e compatibilizados dentro dos parâmetros de mercado pelos órgãos de referência para contratação de serviços de consultoria”.*

Ou seja, verifica-se que as informações pretendidas pela PGDF acerca dos termos quantitativos e qualitativos de cada item que compõe a proposta, bem como a compatibilidade dos preços não foi juntada, apenas justificada nos termos acima expostos. Portanto, mais uma vez, matéria que esta AJL não tem condições nem competência de se imiscuir no critério de conveniência do gestor, especialmente para dizer se a justificativa apresentada é suficiente ao atendimento do que pretendeu o i. Procurador, mesmo porque trata-se de critério de julgamento extremamente subjetivo.

Destarte, vale frisar que diante do constante da cota de aprovação de fls. 7973 da d. PGDF, que recomenda costumeiramente a manifestação desta Assessoria quanto ao atendimento ou não dos itens apontados por aquela Casa Jurídica, a matéria tratada especificamente no caso em tela não mais comporta qualquer análise de cunho jurídico, não possibilitando, por isso, manifestação conclusiva por parte desta Chefia, devendo a autoridade competente atentar-se que, em que pese os esclarecimentos prestados, não é possível a esta AJL/ST mensurar se as justificativas apresentadas e os documentos acostados são suficientes ou não ao atendimento da recomendação da d. PGDF, **a uma** por não possuir competência para aferir tal julgamento, já que a atuação desta Pasta foi restritiva apenas ao cumprimento ou não das recomendações apontadas pela PGDF (fls. 7973), **a duas** porque as questões aqui lançadas são de natureza técnica alheias à Ciência do Direito, e **a três** devido ao curtíssimo prazo que dispôs esta Assessoria para análise do caso, sugerindo, inclusive, para as próximas remessas, que seja verificado se a conferência dos apontamentos da PGDF são de cunho jurídico-formal, eis que, caso haja necessidade de se utilizar critérios subjetivos ou de construção sistemática, esta Assessoria não poderá atuar no feito, sob pena de invadir ou de suplantar as competências da d. Casa Jurídica.

Por fim, recomenda-se que nas próximas remessas a esta AJL, que conta no momento com uma equipe reduzidíssima (apenas esta Chefia e um Assessor), seja priorizado tempo hábil para a análise, eis que o processo em voga foi recebido na presente data às 15h40min., com pedido de análise para o mesmo dia, o que prejudica os trabalhos desta Assessoria





**Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Transportes  
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



e pode comprometer inclusive uma manifestação mais aprofundada, eis que os autos atualmente possuem vinte e seis volumes e esta AJL só dispôs de tempo para analisar o final do volume 25 (a partir das fls. 7962) e o volume 26, até às fls. 8031.

Era o que nos competia manifestar.

**Retorne-se ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor  
Secretário de Estado de Transportes-GAB/ST**, em atenção ao Despacho daquela procedência, lançado às fls 8031 dos presentes autos.

Brasília, 28 de setembro de 2012, às 20h51min.

**RAQUEL ARAÚJO PORTELA**  
*Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa*





**Governo do Distrito Federal**  
**Secretaria de Estado de Transportes**  
**Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



**REFERENTE** : Memorando nº 903/2012 – GAB/ST, de 5 de novembro de 2012.

**ASSUNTO** : Encaminha cópias do memorando nº 133/2012-CEL Concorrência nº 001/2011 e de Recurso Administrativo interposto pela VIPLAN – Viação Planalto Ltda em decorrência de sua inabilitação na concorrência nº 001/2011.

**URGENTÍSSIMO**

**DESPACHO**

**Nº 389 /2012 – AJL/ST-RAP**

O presente expediente remetido pelo Assessor Especial do Gabinete desta Pasta, Senhor Neilson Moura da Silva, encaminha para *“conhecimento e controle de prazo, o Memorando nº 133/2012 – CEL 01/2011-ST, que encaminha o Recurso Administrativo protocolado pela Empresa VIPLAN – Viação Planalto Ltda. relativo à Concorrência nº 01/2011-ST”*.

Tem-se, pois, tratar a matéria versada na cópia do recurso anexa de questão atinente à inabilitação da recorrente na Concorrência nº 01/2011 – ST, considerando o termo de julgamento da habilitação publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

Nesse contexto, há que se ter à vista as disposições vazadas no artigo 109 da Lei Nacional de Licitações – Lei Federal nº 8.666/93, com suas ulteriores alterações, em especial as contidas no seu inciso I, alínea “a” e §4º, *expressis verbis*:

*“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*MP*

*“Brasília - patrimônio da humanidade”*







**Governo do Distrito Federal**  
**Secretaria de Estado de Transportes**  
**Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



I – recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) Habilitação ou inabilitação do licitante;

[...]

§4º. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.” (grifos não pertencentes ao original)

Diante disso, compete à Comissão Especial de Licitação encarregada da Concorrência nº 01/2011 – ST, analisar o pleito da recorrente e no seu exclusivo entendimento reconsiderar ou não sua decisão. Em caso negativo, deverá submeter o recurso, **DEVIDAMENTE INFORMADO com as razões da manutenção de sua deliberação original**, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Transportes para decisão, esta que deverá ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso nesta Pasta, sob pena de responsabilidade.

Ainda, há que se alertar para as disposições do §3º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, este que estabelece que “*interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias*”.

Portanto, considerando que o Recurso foi recebido nesta Pasta no dia 01.11.2012, quinta-feira, conforme carimbo de recebimento apostado no corpo do Recurso, e que o prazo de 5 (cinco) dias úteis começou a fluir apenas na segunda-feira, dia 05.11.2012, eis que no dia 02.11.2012 foi feriado nacional e não houve expediente nesta Secretaria (artigo 110 da Lei de Licitações), tem o Sr. Presidente da Comissão Especial de Licitação até o dia 09.11.2012, sexta-feira, para reconsiderar sua decisão ou remeter ao Sr. Secretário da Pasta com as razões de seu convencimento.

“Brasília - patrimônio da humanidade”





**Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Transportes  
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



**Outrossim, se remetida a matéria à autoridade superior, o Excelentíssimo Senhor Secretário, no mesmo prazo, ou seja, até o dia 09.11.2012, deverá proferir decisão acerca do recurso em pauta, sob pena de responsabilidade (artigo 109, §4º da Lei nº 8.666/93).**

Portanto, recomenda-se que a matéria retorne imediatamente ao Presidente da Comissão Especial de Licitação constituída para promover todos os procedimentos licitatórios referentes à Concorrência nº 1/2010 (Portaria nº 16, de 07 de março de 2012), para que cumpra os preceitos normativos fixados no § 4º do art. 109 do Estatuto Jurídico das Licitações, nos prazos ali fixados, bem como aos dispostos no § 3º do mesmo artigo.

Por fim, recomenda-se que os originais destes documentos sejam juntados ao correspondente processo licitatório, bem como dos demais que sejam produzidos para a correta instrução e deliberação quanto ao mérito do recurso em tela.

**Retorne-se o presente expediente ao i. Assessor Especial do Gabinete desta Pasta, Senhor Neilson Moura da Silva – GAB/ST** em atenção à solicitação dessa procedência.

Brasília, 05 de novembro de 2012, às 17h48min.

  
RAQUEL ARAÚJO PORTELA  
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

“Brasília - patrimônio da humanidade”





**Governo do Distrito Federal**  
**Secretaria de Estado de Transportes**  
**Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



**REFERENTE** : Memorando nº 905/2012 – GAB/ST, de 5 de novembro de 2012.

**ASSUNTO** : Encaminha cópias do memorando nº 135/2012-CEL Concorrência nº 001/2011 e de Recurso Administrativo interposto pela Santos & Pradela Negócios e Transportes Ltda., em decorrência de sua inabilitação na concorrência nº 001/2011.

**URGENTÍSSIMO**

**DESPACHO**

Nº 390 /2012 – AJL/ST-RAP

O presente expediente remetido pelo Assessor Especial do Gabinete desta Pasta, Senhor Neilson Moura da Silva, encaminha para *“conhecimento e controle de prazos, o Memorando nº 135/2012 – CEL 01/2011-ST, que encaminha o Recurso Administrativo protocolado pela Empresa Santos & Pradela Negócios e Transportes Ltda., relativo à Concorrência nº 01/2011-ST.”*

Tem-se, pois, tratar a matéria versada na cópia do recurso anexa de questão atinente à inabilitação da recorrente na Concorrência nº 01/2011 – ST, considerando o termo de julgamento da habilitação publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

Nesse contexto, há que se ter à vista as disposições vazadas no artigo 109 da Lei Nacional de Licitações – Lei Federal nº 8.666/93, com suas ulteriores alterações, em especial as contidas no seu inciso I, alínea “a” e §4º, *expressis verbis*:

*“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*“Brasília - patrimônio da humanidade”*





**Governo do Distrito Federal**  
**Secretaria de Estado de Transportes**  
**Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



1 – recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) Habilitação ou **inabilitação do licitante**;

[...]

§4º. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, **devidamente informado**, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.” (grifos não pertencentes ao original)

Diante disso, compete à Comissão Especial de Licitação encarregada da Concorrência nº 01/2011 – ST, analisar o pleito da recorrente e no seu exclusivo entendimento reconsiderar ou não sua decisão. Em caso negativo, deverá submeter o recurso, **DEVIDAMENTE INFORMADO com as razões da manutenção de sua deliberação original**, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Transportes para decisão, esta que deverá ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso nesta Pasta, sob pena de responsabilidade.

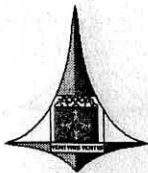
Ainda, há que se alertar para as disposições do §3º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, este que estabelece que “*interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias*”.

Portanto, considerando que o Recurso foi recebido nesta Pasta no dia 01.11.2012, quinta-feira, conforme carimbo de recebimento apostado no corpo do Recurso, e que o prazo de 5 (cinco) dias úteis começou a fluir apenas na segunda-feira, dia 05.11.2012, eis que no dia 02.11.2012 foi feriado nacional e não houve expediente nesta Secretaria (artigo 110 da Lei de Licitações), **tem o Sr. Presidente da Comissão Especial de Licitação até o dia 09.11.2012, sexta-feira, para reconsiderar sua decisão ou remeter ao Sr. Secretário da Pasta com as razões de seu convencimento.**

“Brasília - patrimônio da humanidade”







**Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Transportes  
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



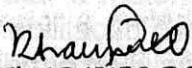
**Outrossim, se remetida a matéria à autoridade superior, o Excelentíssimo Senhor Secretário, no mesmo prazo, ou seja, até o dia 09.11.2012, deverá proferir decisão acerca do recurso em pauta, sob pena de responsabilidade (artigo 109, §4º da Lei nº 8.666/93).**

Portanto, recomenda-se que a matéria retorne imediatamente ao Presidente da Comissão Especial de Licitação constituída para promover todos os procedimentos licitatórios referentes à Concorrência nº 1/2010 (Portaria nº 16, de 07 de março de 2012), para que cumpra os preceitos normativos fixados no § 4º do art. 109 do Estatuto Jurídico das Licitações, nos prazos ali fixados, bem como aos dispostos no § 3º do mesmo artigo.

Por fim, recomenda-se que os originais destes documentos sejam juntados ao correspondente processo licitatório, bem como dos demais que sejam produzidos para a correta instrução e deliberação quanto ao mérito do recurso em tela.

**Retorne-se o presente expediente ao i. Assessor Especial do Gabinete desta Pasta, Senhor Neilson Moura da Silva – GAB/ST em atenção à solicitação dessa procedência.**

Brasília, 05 de novembro de 2012, às 17h48min.

  
RAQUEL ARAÚJO PORTELA  
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

“Brasília - patrimônio da humanidade”



**Governo do Distrito Federal**  
**Secretaria de Estado de Transportes**  
**Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



I – recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) Habilitação ou **inabilitação do licitante**;

[...]

§4º. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.” (grifos não pertencentes ao original)

Diante disso, compete à Comissão Especial de Licitação encarregada da Concorrência nº 01/2011 – ST, analisar o pleito da recorrente e no seu exclusivo entendimento reconsiderar ou não sua decisão. Em caso negativo, deverá submeter o recurso, **DEVIDAMENTE INFORMADO com as razões da manutenção de sua deliberação original**, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Transportes para decisão, esta que deverá ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso nesta Pasta, sob pena de responsabilidade.

Ainda, há que se alertar para as disposições do §3º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, este que estabelece que “*interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias*”.

Portanto, considerando que o Recurso foi recebido nesta Pasta no dia 01.11.2012, quinta-feira, conforme carimbo de recebimento apostado no corpo do Recurso, e que o prazo de 5 (cinco) dias úteis começou a fluir apenas na segunda-feira, dia 05.11.2012, eis que no dia 02.11.2012 foi feriado nacional e não houve expediente nesta Secretaria (artigo 110 da Lei de Licitações), **tem o Sr. Presidente da Comissão Especial de Licitação até o dia 09.11.2012, sexta-feira, para reconsiderar sua decisão ou remeter ao Sr. Secretário da Pasta com as razões de seu convencimento.**

*md.*

“Brasília - patrimônio da humanidade”



**Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Transportes  
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



**Outrossim, se remetida a matéria à autoridade superior, o Excelentíssimo Senhor Secretário, no mesmo prazo, ou seja, até o dia 09.11.2012, deverá proferir decisão acerca do recurso em pauta, sob pena de responsabilidade (artigo 109, §4º da Lei nº 8.666/93).**

Portanto, recomenda-se que a matéria retorne imediatamente ao Presidente da Comissão Especial de Licitação constituída para promover todos os procedimentos licitatórios referentes à Concorrência nº 1/2010 (Portaria nº 16, de 07 de março de 2012), para que cumpra os preceitos normativos fixados no § 4º do art. 109 do Estatuto Jurídico das Licitações, nos prazos ali fixados, bem como aos dispostos no § 3º do mesmo artigo.

Por fim, recomenda-se que os originais destes documentos sejam juntados ao correspondente processo licitatório, bem como dos demais que sejam produzidos para a correta instrução e deliberação quanto ao mérito do recurso em tela.

**Retorne-se o presente expediente ao i. Assessor Especial do Gabinete desta Pasta, Senhor Neilson Moura da Silva – GAB/ST** em atenção à solicitação dessa procedência.

Brasília, 05 de novembro de 2012, às 17h48min.

  
RAQUEL ARAÚJO PORTELA  
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

“Brasília - patrimônio da humanidade”





**Governo do Distrito Federal**  
**Secretaria de Estado de Transportes**  
**Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



9

**REFERENTE** : Memorando nº 631/2012 – GAB/ST, de 14 de agosto de 2012.

**ASSUNTO** : Mandado de Intimação de Decisão e Notificação de Audiência – Ação Civil Pública nº 0001566-18.2012.5.10.0015, interposta pelo Ministério Público do Trabalho em desfavor do Distrito Federal/Secretaria de Transportes.

**DESPACHO**

Nº 276/2012 – AJL/ST-RAP

**URGENTÍSSIMO**

Cuida o presente memorando de Mandado de Intimação de Decisão e Notificação de Audiência relativo à Ação Civil Pública nº 0001566-18.2012.5.10.0015, interposta pelo Ministério Público do Trabalho em desfavor do Distrito Federal/Secretaria de Transportes.

Assim, foi decidido, em sede de antecipação de tutela, pelo Excelentíssimo Juiz Titular da Décima Quinta Vara do Trabalho, cópia da decisão anexa, que, *verbis*:

“[...]”

Em que pese relevantes razões articuladas pelo Ministério Público do Trabalho e a extrema atenção que deve merecer a saúde do trabalhador, este Juízo não vislumbra a possibilidade de interferência direta do Poder Judiciário nas ações de governo referente aos Editais de concessão do

br

“Brasília - patrimônio da humanidade”







**Governo do Distrito Federal**  
**Secretaria de Estado de Transportes**  
**Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



transporte coletivo do Distrito Federal, sem que se tenha total amparo legal para deferimento das medidas postuladas.

*In casu*, entendo que ao Judiciário Trabalhista cabe tão somente exigir o cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho e, em especial a observância às disposições da NR n. 15 do MTE, Anexo I, em se tratando de motoristas e cobradores, razão pela qual determino a inclusão no Edital de concorrência Pública da exigência de comprovação pelos concorrentes da observância de que os motores dos veículos utilizados para atendimento da concessão deverá ser observado o respeito aos limites de tolerância a ruído previsto na aludida norma regulamentadora, sendo certo que o Limite de Tolerância, para os fins da Norma, é a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral.

O descumprimento dessa obrigação de fazer e não fazer implicará na incidência de multa diária de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), (estes grifos não são do original) a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador ou em prol da comunidade, a critério do juízo, na forma do Art. 461 do CPC.

Quanto às demais questões, deverá a parte aguardar a regular formação do contraditório, razão pela qual defiro em parte, a liminar requerida. (grifo do original)

[...].”

A vista dessa decisão, cabe a esta Pasta, com a máxima urgência, **determinar à unidade orgânica e/ou Comissão de Licitação encarregada do certame em foco, para que forneça todos os dados, documentos e informações necessários à defesa do Distrito Federal no feito, tendo em vista a designação de audiência inaugural para o dia 24 de setembro de 2012, às 12h50min.**

Na sequência, deve o assunto ser, imediatamente, levado ao conhecimento da d<sup>ta</sup> Procuradoria-Geral do Distrito Federal para que a mesma promova a defesa do Distrito Federal/Secretaria de Estado de Transportes, conforme preceitos insculpidos nos incisos I e III, do artigo 111, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

“Brasília - patrimônio da humanidade”



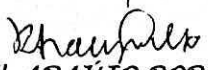
**Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Transportes  
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



Por fim, informamos que será autuado processo administrativo contendo uma cópia de inteiro teor desta documentação para fins de acompanhamento do trâmite da lide em foco, até o seu trânsito em julgado.

**Retorne-se o presente memorando ao Gabinete do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Transportes-GAB/ST,** com a orientação de que sejam determinadas as providências retro indicadas, com a máxima urgência, bem como seja dado imediato cumprimento à decisão transcrita alhures, sob pena de sujeição à multa diária fixada no reportado *decisum*.

Brasília, 16 de agosto de 2012, às 12h21min.

  
RAQUEL ARAÚJO PORTELA  
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

“Brasília - patrimônio da humanidade”



**Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Transportes  
Assessoria Jurídico-Legislativa –AJL/ST**



**CÓPIA**

**REFERENTE** : Ofício nº 4539/2012-GAB/PROCAD, de 30 de agosto de 2012.

**ASSUNTO** : Ação Civil Pública nº 0001566-18.2012.5.10.0015, interposta pelo Ministério Público do Trabalho.

**DESPACHO**

Nº 308 /2012 – AJL/ST-RAP

**URGENTÍSSIMO**

Remeta-se o presente Ofício ao Presidente da Comissão Especial de Licitação constituída para promover todos os procedimentos licitatórios referentes à Concorrência nº 1/2010 (Portaria nº 16, de 07 de março de 2012), para que proceda o encaminhamento de informações e documentos acerca dos fatos narrados na petição inicial anexa, nos termos do Ofício em voga, que deverão ser remetidos tempestivamente à douta Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Atente-se ao prazo de 10 (dez) dias fixados pela douta Casa Jurídica (**prazo final: 12.09.2012**).

Brasília, 31 de agosto de 2012, às 17h05min.

**RAQUEL ARAÚJO PORTELA**  
*Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa*

“Brasília - patrimônio da humanidade”

Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST  
Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar – Sala 1512, Brasília (DF) – CEP: 70.075-900  
Telefone: (061) 3441-3434 – Fax: (061) 3441-3490 – [ajl.st@st.df.gov.br](mailto:ajl.st@st.df.gov.br)  
AJL/ST-RAP

1

<b>RECEBIDO</b>	
Em 31/08/12 às 17h17	
	CEL/01
Fabiana	Selen/Orgão